

**Veleiros *Holdings* S.A.**

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024**

# **Veleiros Holdings S.A.**

## Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

### Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas	
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	11



Shape the future  
with confidence

São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909  
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição  
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil  
Tel: +55 11 2573-3000  
ey.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da  
**Veleiros Holdings S.A.**  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Veleiros Holdings S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

#### *Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### *Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas*

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future  
with confidence**

## **Ênfase**

Chamamos atenção a nota explicativa n.º 2.8 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que descrevem a mudança voluntária na política contábil de classificação de aplicações financeiras como equivalentes de caixa pela Companhia a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior e ao saldo de abertura do último exercício apresentado, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

## **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

### *Reconhecimento da receita e custos com compra e venda de energia*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu receitas operacionais consolidadas no montante de R\$ 55.089 mil, conforme divulgado na nota explicativa 10 e custos consolidados com compra de energia no montante de R\$ 28.557 mil, conforme divulgado na nota explicativa 11. As receitas são oriundas das operações de fornecimento e suprimento de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.

O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2024, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de compra e venda de energia.

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, ou de postergação do reconhecimento do custo. Dessa forma, existe o risco de que uma receita ou custo sejam reconhecidos fora do seu período de competência, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício.



**Shape the future  
with confidence**

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita e custo em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida, além do volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento da receita; (ii) Confronto do sumário de energia emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com o Balanço Energético da Companhia, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada no período e os valores contabilizados, incluindo o montante não faturado reconhecido na data base e realizado em data subsequente; e (iii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas e custos, incluídas nas notas 10 e 11, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas e custos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future  
with confidence**

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future  
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2025

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S/S Ltda.  
CRC SP-034519/O

  
Adilvo França Junior  
Contador CRC 1BA-021419/O

## VELEIROS HOLDINGS S.A.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora			Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>							
Caixa e equivalentes de caixa	3	40.788	47.503	43.930	63.650	47.624	44.078
Contas a receber de clientes		-	-	-	5.395	1.849	-
Tributos a recuperar		17	809	250	461	815	252
Dividendos a receber		453	-	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados		232	212	-	232	212	-
Outros ativos	4	-	-	-	5.687	11.007	7
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>41.490</b>	<b>48.524</b>	<b>44.180</b>	<b>75.425</b>	<b>61.507</b>	<b>44.337</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Cauções e depósitos vinculados		-	-	-	6.627	-	-
Outros ativos	4	939	4.166	-	939	5.320	-
Investimentos em controladas	5	432.606	635.196	207.850	-	-	-
Imobilizado, líquido	6	-	-	6.864	635.018	619.227	265.917
Intangível, líquido	7	-	-	-	25.243	25.597	26.931
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>433.545</b>	<b>639.362</b>	<b>214.714</b>	<b>667.827</b>	<b>650.144</b>	<b>292.848</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>475.035</b>	<b>687.886</b>	<b>258.894</b>	<b>743.252</b>	<b>711.651</b>	<b>337.185</b>
Notas	Controladora			Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	14/07/1905	31/12/2024	31/12/2023	14/07/1905	
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>							
Fornecedores		-	1.172	8	36.654	23.679	19.435
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	2.311	313.961	-	12.878	313.961	-
Contas a pagar partes relacionadas		-	44	13.238	-	171	13.322
Contas a pagar - cessão de crédito		-	-	-	-	-	57.685
Dividendos a pagar		1.101	1.969	-	1.101	1.969	-
Tributos a pagar		16	98	20	1.430	551	1.115
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>3.428</b>	<b>317.244</b>	<b>13.266</b>	<b>52.063</b>	<b>340.331</b>	<b>91.557</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	146.245	137.545	-	359.078	137.545	-
Contas a pagar partes relacionadas		-	-	14.833	-	-	14.833
Provisões para processos judiciais e outros		232	212	-	232	212	-
Tributos diferidos		13	6	-	1.851	316	-
Outras obrigações		-	-	-	4.911	368	-
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>146.490</b>	<b>137.763</b>	<b>14.833</b>	<b>366.072</b>	<b>138.441</b>	<b>14.833</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital social subscrito		382.531	329.386	329.386	382.531	329.386	329.386
Capital social a integralizar		-	(96.856)	(96.856)	-	(96.856)	(96.856)
Prejuízos acumulados		(57.414)	-	(1.735)	(57.414)	-	(1.735)
Reserva de lucros		-	349	-	-	349	-
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	9	<b>325.117</b>	<b>232.879</b>	<b>230.795</b>	<b>325.117</b>	<b>232.879</b>	<b>230.795</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>475.035</b>	<b>687.886</b>	<b>258.894</b>	<b>743.252</b>	<b>711.651</b>	<b>337.185</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**VELEIROS HOLDINGS S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	10	-	-	55.089	10.180
Custo de produção e operação de energia	11	-	-	(56.090)	(28)
<b>RESULTADO BRUTO</b>		-	-	<b>(1.001)</b>	<b>10.152</b>
Gerais e administrativas		(115)	(193)	(2.093)	(283)
Outras despesas operacionais		-	(21)	(1)	(25)
<b>TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(115)</b>	<b>(214)</b>	<b>(2.094)</b>	<b>(308)</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(115)</b>	<b>(214)</b>	<b>(3.095)</b>	<b>9.844</b>
Resultado de equivalência patrimonial		(11.832)	43.077	-	-
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas financeiras		2.603	21.440	5.271	21.514
Despesas financeiras		(49.280)	(60.244)	(56.844)	(26.984)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	12	<b>(46.677)</b>	<b>(38.804)</b>	<b>(51.573)</b>	<b>(5.470)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO</b>		<b>(58.624)</b>	<b>4.059</b>	<b>(54.668)</b>	<b>4.374</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(2.430)	(5)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(7)	(6)	(1.533)	(316)
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO</b>	13	<b>(7)</b>	<b>(6)</b>	<b>(3.963)</b>	<b>(321)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>(58.631)</b>	<b>4.053</b>	<b>(58.631)</b>	<b>4.053</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**VELEIROS HOLDINGS S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(58.631)	4.053	(58.631)	4.053
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS</b>	<b>(58.631)</b>	<b>4.053</b>	<b>(58.631)</b>	<b>4.053</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**VELEIROS HOLDINGS S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>329.386</b>	<b>(96.856)</b>	-	-	<b>(1.735)</b>	<b>230.795</b>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	4.053	4.053
Constituição da reserva legal		-	-	116	-	(116)	-
Constituição da reserva de investimentos		-	-	-	233	(233)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.969)	(1.969)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>9</b>	<b>329.386</b>	<b>(96.856)</b>	<b>116</b>	<b>233</b>	<b>-</b>	<b>232.879</b>
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(58.631)	(58.631)
Integralização de capital		-	96.856	-	-	-	96.856
Aumento de capital		53.145	-	-	-	-	53.145
Reversão dos saldos declarados de dividendos		-	-	-	-	868	868
Constituição da reserva de investimentos		-	-	-	868	(868)	-
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	(116)	(1.101)	1.217	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>9</b>	<b>382.531</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(57.414)</b>	<b>325.117</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**VELEIROS HOLDINGS S.A.**

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
<b>Atividades operacionais:</b>				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(58.631)	4.053	(58.631)	4.053
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>				
Depreciação e amortização	5, 6, 7 e 11	786	-	24.753
Varição monetária e cambial	8 e 12	7.876	7.752	7.876
Juros sobre arrendamento	12	-	-	594
Tributos e contribuições sociais diferidos	13	7	-	1.533
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	12	(20)	(19)	(418)
Baixa de ativo imobilizado	6 e 11	-	-	25
Resultado de equivalência patrimonial	5	11.046	(43.076)	-
Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	8 e 12	41.356	50.735	46.363
		<b>2.420</b>	<b>19.445</b>	<b>22.070</b>
				<b>62.548</b>
<b>Variação de ativos e passivos operacionais</b>		<b>2.741</b>	<b>901</b>	<b>21.894</b>
				<b>(37.972)</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(4.166)	(1.393)
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	8	(26.724)	(51.970)	(26.724)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	-	(594)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(21.563)</b>	<b>(35.790)</b>	<b>15.253</b>
				<b>(31.562)</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	6 e 7	-	-	(35.934)
Aumento de capital em controladas	5	190.305	(341.935)	-
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados		-	(193)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>190.305</b>	<b>(342.128)</b>	<b>(35.934)</b>
				<b>(352.196)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	8	-	560.000	220.000
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	8	(312)	(6.185)	(1.919)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(35.471)	-
Integralização de capital	9	96.856	-	96.856
Aumento de capital	9	53.145	-	53.145
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento		-	-	(6.229)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	8	(325.146)	(108.826)	(325.146)
Partes relacionadas		-	(28.027)	-
Pagamentos contas a pagar - cessão de créditos		-	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>		<b>(175.457)</b>	<b>381.491</b>	<b>36.707</b>
				<b>387.304</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		(6.715)	3.573	16.026
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>47.503</b>	<b>47.503</b>	<b>47.624</b>
				<b>44.078</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Veleiros *Holdings* S.A., “Companhia”, de capital fechado, foi constituída em 05 de maio de 2021, e está situada na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 8.501, 7º andar, sala 6, Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado São Paulo. Tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital de outras sociedades como acionista, quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das usinas. A Companhia é diretamente controlada pela Tucano  *Holding* I S.A. e indiretamente pela Auren Participações S.A.

Em 19 de agosto de 2022, a empresa Unipar Indupa do Brasil S.A. (“Unipar”) passou a ser acionista ingressante, detendo 49,5% das ações. Vide Nota 9.

A Companhia possui duas unidades produtoras de energia eólica:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2024	2023
Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Fernando Pedrosa, RN	100%	100%
Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A.	Geração eólica	Lajes, RN	100%	100%

Ambas entraram integralmente em operação comercial em janeiro de 2024.

A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato / Licitão	Portaria MME/ANEEL	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MWh (l)
São Ricardo 03	ACL	REA 9476/2020	26/11/2020	25/11/2055	35 anos	9	51,3	25
São Ricardo 04	ACL	REA 9477/2020	26/11/2020	25/11/2055	35 anos	7	39,9	19
						<u>16</u>	<u>91,2</u>	<u>44</u>

(i) Conforme estabelecido pelo Ministério de Minas e Energia (MME) através da Portaria nº 416, é previsto o cálculo da garantia física através de rito ordinário anual após os 24 meses em operação comercial, contados a partir da entrada da primeira unidade, ficando à critério do gerador solicitar ou não o cálculo de forma antecipada.

### 1.1 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. (“AES Brasil”) comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES *Holdings* Brasil Ltda., a AES *Holdings* Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. (“Auren”) e a ARN  *Holding* Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças (“Transação”) por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Em 21 de março de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### **2.2 Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, apesar de apresentar prejuízo no exercício no montante de R\$58.631, está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo. O principal motivo para as circunstâncias mencionadas acima decorre dos compromissos assumidos ligados à construção do complexo, e restrições de geração impostas pelo agente regulador nos ativos eólicos em operação, que impactou negativamente a geração de caixa das empresas. Adicionalmente, apesar do risco de *constrained-off* mencionado na nota 14 (c.2), a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

### 2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos contábeis ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes elencado(s) abaixo e, quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7	As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.
---	--

### 2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS--** Continuação

---

### **2.7 Critérios de consolidação**

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

### **2.8 Revisão de política contábil**

A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, podem ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingindo assim a definição de equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou as para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

### 2.8 Revisão de política contábil--Continuação

Em 1º de janeiro de 2023, foi reclassificado o montante de R\$30.025 na Controladora e no Consolidado, e em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$46.512 na Controladora e no Consolidado, da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”.

Adicionalmente, houve uma adição nas atividades operacionais de R\$16.487 na Controladora e no Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

0/10/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	13.905	30.025	43.930	14.053	30.025	44.078
Investimentos de curto prazo	30.025	(30.025)	-	30.025	(30.025)	-
Tributos a recuperar	250	-	250	252	-	252
Outros ativos	-	-	-	7	-	7
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>44.180</b>	<b>-</b>	<b>44.180</b>	<b>44.337</b>	<b>-</b>	<b>44.337</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Investimentos em controladas	207.850	-	207.850	-	-	-
Intangível, líquido	-	-	-	26.931	-	26.931
Imobilizado, líquido	6.864	-	6.864	265.917	-	265.917
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>214.714</b>	<b>-</b>	<b>214.714</b>	<b>292.848</b>	<b>-</b>	<b>292.848</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>258.894</b>	<b>-</b>	<b>258.894</b>	<b>337.185</b>	<b>-</b>	<b>337.185</b>

  

31/12/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	991	46.512	47.503	1.112	46.512	47.624
Investimentos de curto prazo	46.512	(46.512)	-	46.512	(46.512)	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	1.849	-	1.849
Tributos a recuperar	809	-	809	815	-	815
Cauções e depósitos vinculados	212	-	212	212	-	212
Outros ativos	-	-	-	11.007	-	11.007
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>48.524</b>	<b>-</b>	<b>48.524</b>	<b>61.507</b>	<b>-</b>	<b>61.507</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>						
Outros ativos	4.166	-	4.166	5.320	-	5.320
Investimentos em controladas	635.196	-	635.196	-	-	-
Imobilizado, líquido	-	-	-	619.227	-	619.227
Intangível, líquido	-	-	-	25.597	-	25.597
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>639.362</b>	<b>-</b>	<b>639.362</b>	<b>650.144</b>	<b>-</b>	<b>650.144</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>687.886</b>	<b>-</b>	<b>687.886</b>	<b>711.651</b>	<b>-</b>	<b>711.651</b>

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

### 2.8 Revisão de política contábil--Continuação

2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentação	Original	Reclassificação	Reapresentação
<b>Atividades operacionais:</b>						
Lucro líquido do exercício	4.053	-	4.053	4.053	-	4.053
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</b>						
Depreciação e amortização	-	-	-	2	-	2
Varição monetária e cambial	7.752	-	7.752	7.752	-	7.752
Encargos financeiros de dívidas	46.378	-	46.378	46.378	-	46.378
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	(21.267)	21.267	-	(21.267)	21.267	-
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	(19)	-	(19)	(19)	-	(19)
Baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	25	-	25
Resultado de equivalência patrimonial	(43.076)	-	(43.076)	-	-	-
Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	4.357	-	4.357	4.357	-	4.357
	<b>(1.822)</b>	<b>21.267</b>	<b>19.445</b>	<b>41.281</b>	<b>21.267</b>	<b>62.548</b>
<b>Variação dos ativos e passivos operacionais</b>	<b>(2.766)</b>	<b>(499)</b>	<b>(3.265)</b>	<b>(41.641)</b>	<b>(499)</b>	<b>(42.140)</b>
Juros resgatados de cauções e depósitos vinculados	18.734	(18.734)	-	18.734	(18.734)	-
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	(14.453)	14.453	-	(14.453)	14.453	-
Pagamento de juros (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	(51.970)	-	(51.970)	(51.970)	-	(51.970)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(52.277)</b>	<b>16.487</b>	<b>(35.790)</b>	<b>(48.049)</b>	<b>16.487</b>	<b>(31.562)</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>						
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	(352.003)	-	(352.003)
Aumento de capital em controladas	(341.935)	-	(341.935)	-	-	-
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados	(193)	-	(193)	(193)	-	(193)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos</b>	<b>(342.128)</b>	<b>-</b>	<b>(342.128)</b>	<b>(352.196)</b>	<b>-</b>	<b>(352.196)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>						
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	560.000	-	560.000	560.000	-	560.000
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	(6.185)	-	(6.185)	(6.185)	-	(6.185)
Partes relacionadas	(28.027)	-	(28.027)	-	-	-
Recursos para futuro aumento de capital	(35.471)	-	(35.471)	-	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos (principal)	(108.826)	-	(108.826)	(108.826)	-	(108.826)
Pagamentos contas a pagar - cessão de créditos	-	-	-	(57.685)	-	(57.685)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos</b>	<b>381.491</b>	<b>-</b>	<b>381.491</b>	<b>387.304</b>	<b>-</b>	<b>387.304</b>
<b>(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(12.914)</b>	<b>16.487</b>	<b>3.573</b>	<b>(12.941)</b>	<b>16.487</b>	<b>3.546</b>
No início do exercício	13.905	30.025	43.930	14.053	30.025	44.078
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>991</b>	<b>46.512</b>	<b>47.503</b>	<b>1.112</b>	<b>46.512</b>	<b>47.624</b>

## 3 CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs e Quotas de fundos de investimento são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Numerário disponível	187	991	47	1.117	1.112	145
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	40.601	46.512	43.883	44.117	46.512	43.933
Quotas de fundos de Investimentos (a)	-	-	-	18.416	-	-
<b>Total</b>	<b>40.788</b>	<b>47.503</b>	<b>43.930</b>	<b>63.650</b>	<b>47.624</b>	<b>44.078</b>

- (a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

Em 31 de dezembro de 2024, os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Operações Compromissadas e Quotas de fundo de investimento possuem liquidez diária e rentabilidade média de 90,16% (99,03% em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

## 4 OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Ativo circulante</b>				
Multas por compensação de fornecedores (i)	-	-	4.943	11.007
Despesas pagas antecipadamente	-	-	744	-
<b>Subtotal</b>	-	-	<b>5.687</b>	<b>11.007</b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Custos de Financiamento Diferidos	-	-	-	1.154
Imposto de renda	939	4.166	939	4.166
<b>Subtotal</b>	<b>939</b>	<b>4.166</b>	<b>939</b>	<b>5.320</b>
<b>Total</b>	<b>939</b>	<b>4.166</b>	<b>6.626</b>	<b>16.327</b>

- (i) Refere-se à compensação a receber por atraso na conclusão das obras do Complexo Cajuína, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

## 5 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial. No consolidado, os ativos, passivos, receitas e despesas não são consolidados.

O quadro abaixo apresenta o investimento e principais informações das controladas.

	Controladora	
	2024	2023
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	369.231	569.974
Direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios (i)	24.294	25.080
Capitalização JOA	32.217	33.278
Incorporação de acervo cindido	6.864	6.864
<b>Total</b>	<b>432.606</b>	<b>635.196</b>

- (i) Refere-se a aquisição de Complexos eólicos e são amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e os saldos são transferidos para o intangível no consolidado.

## 5 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS--Continuação

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Controladora							
Movimentação dos investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Aumento (Redução) de capital	Equivalência Patrimonial (ii)	Capitalização de Juros (i)	Amortização da Mais Valia	Dividendos mínimos obrigatórios	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Ventos de São Ricardo 03	354.225	(113.155)	(2.716)	1.784	(442)	(224)	239.472
Ventos de São Ricardo 04	280.971	(77.150)	(7.269)	(2.845)	(344)	(229)	193.134
<b>Total</b>	<b>635.196</b>	<b>(190.305)</b>	<b>(9.985)</b>	<b>(1.061)</b>	<b>(786)</b>	<b>(453)</b>	<b>432.606</b>

Controladora							
Movimentação dos investimentos	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Aumento de capital	AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência Patrimonial (ii)	Capitalização de juros (i)	Incorporação de acervo cindido (iii)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Ventos de São Ricardo 03	118.847	194.315	15.830	4.847	16.461	3.925	354.225
Ventos de São Ricardo 04	89.003	147.620	19.641	4.951	16.817	2.939	280.971
<b>Total</b>	<b>207.850</b>	<b>341.935</b>	<b>35.471</b>	<b>9.798</b>	<b>33.278</b>	<b>6.864</b>	<b>635.196</b>

- (i) Juros sobre obras em andamento (“JOA”): Com o objetivo de financiar principalmente a construção deste empreendimento, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”.
- (ii) A diferença entre o montante de equivalência patrimonial apresentado nesta nota e na demonstração de resultado, refere-se aos juros capitalizados.
- (iii) Em 28 de fevereiro de 2022, foi incorporado o montante de R\$6.864 por meio de cisão com a Tucano Holding I S.A. Na controladora, foi reconhecido nas rubricas de “Investimentos”, e no consolidado está apresentado como Imobilizado.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Percentual de participação	Valor do Ativo	Valor do Passivo	Valor do Patrimônio Líquido	Valor do Capital Social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Ventos de São Ricardo 03	201.864.000	100%	348.266	144.629	203.637	201.864	(709)
Ventos de São Ricardo 04	168.273.545	100%	289.633	124.039	165.594	168.274	(818)
<b>Total</b>			<b>637.899</b>	<b>268.668</b>	<b>369.231</b>	<b>370.138</b>	<b>(1.527)</b>

## 6 IMOBILIZADO

As controladas utilizam critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL), para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

## 6 IMOBILIZADO--Continuação

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

### a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

Consolidado					
2024					2023
Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,81%	139.601	(5.223)	134.378	-
Máquinas e equipamentos	3,81%	510.743	(18.719)	492.024	-
<b>Imobilizado em serviço</b>		<b>650.344</b>	<b>(23.942)</b>	<b>626.402</b>	-
Imobilizado em curso (i)		8.616	-	8.616	619.227
<b>Total</b>		<b>658.960</b>	<b>(23.942)</b>	<b>635.018</b>	<b>619.227</b>

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por material em depósito, máquinas e equipamentos e veículos em fase de imobilização. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

## 6 IMOBILIZADO--Continuação

### b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Consolidado					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Provisão para custos socioambientais e ARO	Transferências (j)	Juros capitalizados	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	139.601	-	139.601
Máquinas e equipamentos	-	4.256	506.487	-	510.743
Imobilizado em curso	619.227	-	(646.084)	-	8.616
<b>Subtotal</b>	<b>619.227</b>	<b>4.256</b>	<b>4</b>	<b>-</b>	<b>658.960</b>
Depreciação/Amortização	-	-	15	(1.060)	(23.942)
<b>Total líquido</b>	<b>619.227</b>	<b>4.256</b>	<b>19</b>	<b>(1.060)</b>	<b>635.018</b>

Consolidado					
Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Transferências	Baixas	Juros capitalizados	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Máquinas e equipamentos	34	-	(34)	-	-
Imobilizado em curso	265.890	318.594	1.466	33.277	619.227
<b>Subtotal</b>	<b>265.924</b>	<b>318.594</b>	<b>1.466</b>	<b>(34)</b>	<b>619.227</b>
Depreciação/Amortização	(7)	(2)	9	-	-
<b>Total líquido</b>	<b>265.917</b>	<b>318.592</b>	<b>1.466</b>	<b>33.277</b>	<b>619.227</b>

(i) Refere-se a reclassificações do intangível para imobilizado.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 7 INTANGÍVEL

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos em combinação de negócio, menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis possuem vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução o valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

## 7 INTANGÍVEL--Continuação

	Consolidado			
	2024			2023
	Custo	Amortização acumulada	Saldos líquidos	Saldos líquidos
Direito de exploração de autorização (i)	25.080	(787)	24.293	25.080
Software e outros intangíveis	959	(9)	950	517
<b>Total</b>	<b>26.039</b>	<b>(796)</b>	<b>25.243</b>	<b>25.597</b>

- (i) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos parques eólicos Ventos de São Ricardo 03 e 04, que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado			
	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Transferências e reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Direito de exploração de autorização	25.080	-	-	25.080
Software e outros intangíveis	517	461	(19)	959
<b>Subtotal</b>	<b>25.597</b>	<b>461</b>	<b>(19)</b>	<b>26.039</b>
Amortização	-	(796)	-	(796)
<b>Total líquido</b>	<b>25.597</b>	<b>(335)</b>	<b>(19)</b>	<b>25.243</b>

	Consolidado			
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Transferências	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Direito de exploração de autorização	25.080	-	-	25.080
Software e outros intangíveis	1.851	132	(1.466)	517
<b>Subtotal</b>	<b>26.931</b>	<b>132</b>	<b>(1.466)</b>	<b>25.597</b>
<b>Total líquido</b>	<b>26.931</b>	<b>132</b>	<b>(1.466)</b>	<b>25.597</b>

## 8 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures é composto da seguinte forma:

	Controladora							Total circulante + não circulante
	31/12/2024							
	Circulante				Não Circulante			
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
<b>Debêntures</b>								
2ª Emissão (1ª série)	1.305	533	(126)	1.712	81.051	(2.772)	78.279	79.991
2ª Emissão (2ª série)	333	435	(169)	599	70.656	(2.690)	67.966	68.565
<b>Subtotal</b>	<b>1.638</b>	<b>968</b>	<b>(295)</b>	<b>2.311</b>	<b>151.707</b>	<b>(5.462)</b>	<b>146.245</b>	<b>148.556</b>
<b>Total da dívida</b>	<b>1.638</b>	<b>968</b>	<b>(295)</b>	<b>2.311</b>	<b>151.707</b>	<b>(5.462)</b>	<b>146.245</b>	<b>148.556</b>

## 8 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES--Continuação

	Controladora							Total circulante + não circulante
	31/12/2023							
	Circulante			Não Circulante				
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
<b>Debêntures</b>								
1ª Emissão	292.005	1.453	-	293.458	-	-	-	293.458
2ª Emissão (1ª série)	4.667	406	(225)	4.848	75.540	(1.352)	74.188	79.036
2ª Emissão (2ª série)	15.515	385	(245)	15.655	64.692	(1.335)	63.357	79.012
<b>Subtotal</b>	<b>312.187</b>	<b>2.244</b>	<b>(470)</b>	<b>313.961</b>	<b>140.232</b>	<b>(2.687)</b>	<b>137.545</b>	<b>451.506</b>
<b>Total da dívida</b>	<b>312.187</b>	<b>2.244</b>	<b>(470)</b>	<b>313.961</b>	<b>140.232</b>	<b>(2.687)</b>	<b>137.545</b>	<b>451.506</b>

	Consolidado							Total circulante + não circulante
	31/12/2024							
	Circulante			Não Circulante				
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total		
<b>MOEDA NACIONAL</b>								
<b>Debêntures</b>								
2ª Emissão (1ª série)	1.305	533	(126)	1.712	81.051	(2.772)	78.279	79.991
2ª Emissão (2ª série)	333	435	(169)	599	70.656	(2.690)	67.966	68.565
<b>Subtotal</b>	<b>1.638</b>	<b>968</b>	<b>(295)</b>	<b>2.311</b>	<b>151.707</b>	<b>(5.462)</b>	<b>146.245</b>	<b>148.556</b>
<b>Empréstimos</b>								
BNDES - SR3	5.481	502	(36)	5.947	120.573	(787)	119.786	125.733
BNDES - SR4	4.263	390	(33)	4.620	93.779	(732)	93.047	97.667
<b>Subtotal</b>	<b>9.744</b>	<b>892</b>	<b>(69)</b>	<b>10.567</b>	<b>214.352</b>	<b>(1.519)</b>	<b>212.833</b>	<b>223.400</b>
<b>Total da dívida</b>	<b>11.382</b>	<b>1.860</b>	<b>(364)</b>	<b>12.878</b>	<b>366.059</b>	<b>(6.981)</b>	<b>359.078</b>	<b>371.956</b>

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

	Consolidado		
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	-	-	-
Ingressos	560.000	-	560.000
Encargos financeiros	46.378	-	46.378
Variação monetária	7.752	-	7.752
Pagamento de principal	(108.826)	-	(108.826)
Pagamento de encargos financeiros	(51.970)	-	(51.970)
Diferimento dos custos de transação	(6.185)	-	(6.185)
Amortização dos custos de transação	4.357	-	4.357
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>451.506</b>	-	<b>451.506</b>
Ingressos	-	220.000	220.000
Encargos financeiros	40.777	4.987	45.764
Variação monetária	7.876	-	7.876
Pagamento de principal	(325.146)	-	(325.146)
Pagamento de encargos financeiros	(26.724)	-	(26.724)
Diferimento dos custos de transação	(312)	(1.607)	(1.919)
Amortização dos custos de transação	579	20	599
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>148.556</b>	<b>223.400</b>	<b>371.956</b>

## 8 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES--Continuação

Características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritos a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
Veleiros	2ª emissão - Debênture 1ª série	80.000	04/12/2023	IPCA + 7,33%	Semestral	Semestral	79.991	Novembro de 2047	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"); calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥ 1,1x	Financiamento do Complexo Eólico Cajuiuna.
Veleiros	2ª emissão - Debênture 2ª série	80.000	04/12/2023	IPCA + 6,93%	Semestral	Semestral	68.565	Novembro de 2041	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"); calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: ≥ 1,1x	Financiamento do Complexo Eólico Cajuiuna.
São Ricardo 3	BNB	123.750	27/09/2024	IPCA + 4,53%	Mensal	Mensal	125.733	Dezembro de 2047	N/A	Emissão de longo prazo para pagamento parcial da 1ª Emissão da Veleiros Holding S.A. (dívida de curto prazo)
São Ricardo 4	BNB	96.250	27/09/2024	IPCA + 4,53%	Mensal	Mensal	97.667	Dezembro de 2047	N/A	Emissão de longo prazo para pagamento parcial da 1ª Emissão da Veleiros Holding S.A. (dívida de curto prazo)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Parcelas relativas ao principal das debêntures, empréstimos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado			
	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Custos de transação	Total
2026	1.087	9.565	(365)	10.287
2027	1.392	9.565	(365)	10.592
2028	2.606	9.565	(365)	11.806
2029	4.344	9.565	(365)	13.544
2030	5.037	9.565	(365)	14.237
2031 em diante	137.241	166.527	(5.156)	298.612
	<b>151.707</b>	<b>214.352</b>	<b>(6.981)</b>	<b>359.078</b>

## 9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito é de R\$382.531 (R\$329.386 em 31 de dezembro de 2023), representado por 38.639.431 (33.271.291 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e 38.639.431 (33.271.291 em 31 de dezembro de 2023) ações preferenciais nominativas e sem valor nominal.

## 9 PATRIMÔNIO LÍQUIDO--Continuação

---

### a. Capital Social--Continuação

#### Aumento de capital

Em 17 de dezembro de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para tratar sobre o aumento de capital no montante de R\$53.145, mediante a emissão de 10.736.280 ações, sendo 5.368.140 ordinárias, nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal, e 5.368.140 preferenciais, nominativas, não conversíveis em outras formas e sem valor nominal. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174. Além disso, durante o exercício, a Companhia realizou a integralização de capital no montante de R\$96.856.

### b. Reserva de Lucros

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. A reserva legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a reversão dos saldos declarados de dividendos no montante de R\$868, para constituição da reserva de investimentos.

### c. Destinação de Resultados

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o contrato social, compete aos diretores deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

## 10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

---

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

## 10 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA--Continuação

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

### (a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

### (b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos de energia eólicos	57.728	-
Mercado de curto prazo	1.135	1.963
Outros (i)	(1.903)	8.584
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>56.960</b>	<b>10.547</b>
(-) PIS e COFINS	(1.871)	(367)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>55.089</b>	<b>10.180</b>

- (i) Refere-se à multa por atraso na conclusão das obras do Complexo Cajuína, que estão previstas nos contratos de construção e fornecimento de turbinas e equipamentos. Os contratos estabelecem penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso.

## 11 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2024	2023
<b>Custo da produção de energia elétrica</b>		
Contratos bilaterais	(20.703)	-
Mercado de curto prazo	(1.663)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(6.175)	-
Taxa de fiscalização ANEEL	(16)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(28.557)</b>	<b>-</b>
<b>Custo da operação</b>		
Serviços de terceiros	(1.233)	-
Material	(91)	-
Depreciação e amortização	(24.753)	(4)
Seguros	(1.129)	-
Arrendamentos e alugueis	(50)	-
Contribuições setoriais	(154)	-
Perda na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	(24)
Outras receitas (custos) operacionais	(123)	-
<b>Subtotal</b>	<b>(27.533)</b>	<b>(28)</b>
<b>Total</b>	<b>(56.090)</b>	<b>(28)</b>

## 12 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	2.188	22.297	4.256	22.304
Rendimento de cauções e depósitos vinculados	20	19	418	19
PIS e COFINS sobre receita financeira	(124)	(1.046)	(124)	(1.048)
Atualização de créditos tributários	452	-	454	-
Atualização SPOT	-	-	14	-
Outras receitas financeiras	67	170	253	239
<b>Subtotal</b>	<b>2.603</b>	<b>21.440</b>	<b>5.271</b>	<b>21.514</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos financeiros de dívidas	(41.356)	(50.735)	(46.363)	(50.735)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(7.876)	(7.752)	(7.876)	(7.752)
Juros sobre arrendamento	-	-	(594)	-
Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso	-	-	-	33.277
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(6)	72	(573)	73
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(20)	(19)	(20)	(19)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	-	(1.809)	-	(1.809)
Outras despesas financeiras	(22)	(1)	(1.418)	(19)
<b>Subtotal</b>	<b>(49.280)</b>	<b>(60.244)</b>	<b>(56.844)</b>	<b>(26.984)</b>
<b>Total</b>	<b>(46.677)</b>	<b>(38.804)</b>	<b>(51.573)</b>	<b>(5.470)</b>

## 13 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia é realizada com base na forma de tributação do lucro real. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa.

## 13 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL--Continuação

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

No regime de lucro presumido adotado pelas controladas, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora			
	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(58.624)	(58.624)	4.059	4.059
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	14.656	5.276	(1.015)	(365)
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>				
<b>Adições (exclusões) permanentes:</b>				
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído	85	31	(143)	(52)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(12.362)	(4.450)	(1.297)	(466)
Resultado de equivalência patrimonial	(2.497)	(899)	2.450	882
Atualização de indébito tributário	113	40	-	-
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(5)</b>	<b>(2)</b>	<b>(5)</b>	<b>(1)</b>
<b>Composição dos tributos no resultado:</b>				
Diferidos	(5)	(2)	(5)	(1)
<b>Total</b>	<b>(5)</b>	<b>(2)</b>	<b>(5)</b>	<b>(1)</b>

	Consolidado			
	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional tributável	55.912	55.912	228	228
Alíquota lucro presumido	8%	12%	8%	12%
Receita presumida	4.473	6.709	18	27
Outras receitas	2.224	2.224	-	-
Outros ajustes	-	-	3	3
Base de cálculo	6.697	8.933	21	30
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(1.005)	(804)	(3)	(3)
Adicional (10%)	(622)	-	-	-
Outros ajustes	(143)	144	-	1
<b>IRPJ e CSLL corrente</b>	<b>(1.770)</b>	<b>(660)</b>	<b>(3)</b>	<b>(2)</b>
<b>IRPJ e CSLL diferido</b>	<b>(996)</b>	<b>(537)</b>	<b>(206)</b>	<b>(110)</b>
<b>Total tributos</b>	<b>(2.766)</b>	<b>(1.197)</b>	<b>(209)</b>	<b>(112)</b>

## 14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

### a. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria
	2024		2023		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>					
3	1.117	1.117	1.112	1.112	Custo amortizado
3	44.117	44.117	46.512	46.512	Valor justo por meio do resultado
3	18.416	18.416	-	-	Valor justo por meio do resultado
	5.395	5.395	1.849	1.849	Custo amortizado
	6.859	6.859	212	212	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>75.904</b>	<b>75.904</b>	<b>49.685</b>	<b>49.685</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>					
	36.654	36.654	23.679	23.679	Custo amortizado
8	371.956	371.956	451.506	451.506	Custo amortizado
	-	-	171	171	Custo amortizado
	1.101	1.101	1.969	1.969	Custo amortizado
<b>Total</b>	<b>409.711</b>	<b>409.711</b>	<b>477.325</b>	<b>477.325</b>	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. Os equivalentes de caixa são compostos basicamente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Operações Compromissadas e Quotas de Fundos de Investimento, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

### b. Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

## 14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### b. Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)--Continuação

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

##### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e cauções e depósitos vinculados.

##### Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

##### Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a *bureaus* de crédito, (ii) cálculo do *rating* de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, *rating* e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 e 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	40.788	47.503	63.650	47.624
Contas a receber de clientes	-	-	5.395	1.849
Cauções e depósitos vinculados	232	212	6.859	212
<b>Total</b>	<b>41.020</b>	<b>47.715</b>	<b>75.904</b>	<b>49.685</b>

## 14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### b. Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	148.556	451.506	371.956	451.506
Contas a pagar partes relacionadas	-	44	-	171
Caixa e equivalentes de caixa	(40.788)	(47.503)	(63.650)	(47.624)
Garantias de financiamento	-	-	(6.627)	(212)
<b>Dívida líquida</b>	<b>107.768</b>	<b>404.047</b>	<b>301.679</b>	<b>403.841</b>
Patrimônio líquido	325.117	232.879	325.117	232.879
<b>Dívida líquida / Patrimônio líquido</b>	<b>33,15%</b>	<b>173,50%</b>	<b>92,79%</b>	<b>173,41%</b>

#### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica “Empréstimos, financiamentos e debêntures” estão sendo considerados os

fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 8. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

## 14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### b. Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b.3) Risco de liquidez--Continuação

	Controladora					Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos		
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	1.172
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	13.010	27.226	59.797	673.522	773.555	903.609
Contas a pagar partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	44
Dividendos a pagar	-	-	1.101	-	-	1.101	1.969
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>13.010</b>	<b>28.327</b>	<b>59.797</b>	<b>673.522</b>	<b>774.656</b>	<b>906.794</b>

  

	Consolidado					Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos		
Fornecedores	36.654	-	-	-	-	36.654	23.679
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.834	39.102	94.243	157.435	1.005.851	1.305.465	903.609
Dividendos a pagar	-	-	1.101	-	-	1.101	1.969
<b>Total</b>	<b>45.488</b>	<b>39.102</b>	<b>95.344</b>	<b>157.435</b>	<b>1.005.851</b>	<b>1.343.220</b>	<b>929.257</b>

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2024.

#### (b.4) Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos, financiamentos e debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 é:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	40.601	46.512	44.117	46.512
Quotas de fundos de Investimentos	-	-	18.416	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(154.313)	(454.663)	(379.301)	(454.663)
<b>Total</b>	<b>(113.712)</b>	<b>(408.151)</b>	<b>(316.768)</b>	<b>(408.151)</b>

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo de exposição, visto que não há risco de oscilação devido às mudanças nas taxas de juro de mercado.

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e dívidas.

## 14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação

### b. Gerenciamento de riscos--Continuação

#### (b.4) Riscos de taxas de juros--Continuação

Controladora			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,42%	13,90%	17,37%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	40.601	2.822	4.231	5.643	7.052	8.465
<b>Impacto no resultado</b>			<b>2.822</b>	<b>4.231</b>	<b>5.643</b>	<b>7.052</b>	<b>8.465</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>2.822</b>	<b>4.231</b>	<b>5.643</b>	<b>7.052</b>	<b>8.465</b>

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,42%	13,90%	17,37%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	CDI	44.117	3.066	4.597	6.132	7.663	9.198
Quotas de fundos de Investimentos	CDI	18.416	1.280	1.919	2.560	3.199	3.840
<b>Impacto no resultado</b>			<b>4.346</b>	<b>6.516</b>	<b>8.692</b>	<b>10.862</b>	<b>13.038</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>4.346</b>	<b>6.516</b>	<b>8.692</b>	<b>10.862</b>	<b>13.038</b>

Consolidado			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívida	Risco	Posição em 31/12/2024	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,26%	7,51%
2ª Emissão Debêntures (1ª e 2ª série)	IPCA	(154.313)	(15.159)	(17.226)	(19.300)	(21.376)	(23.442)
BNB	IPCA	(224.988)	(16.071)	(19.011)	(21.963)	(24.914)	(27.854)
<b>Impacto no resultado</b>			<b>(31.230)</b>	<b>(36.237)</b>	<b>(41.263)</b>	<b>(46.290)</b>	<b>(51.296)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>			<b>(31.230)</b>	<b>(36.237)</b>	<b>(41.263)</b>	<b>(46.290)</b>	<b>(51.296)</b>

Os montantes relacionados às dívidas apresentados na tabela acima não contemplam os saldos de custos de transação.

#### (b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões debêntures, empréstimos e financiamentos) com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2024 (vide nota explicativa nº 8).

A não observância dos índices financeiros por dois trimestres consecutivos, verificados trimestralmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia e suas controladas.

### (c) Outros riscos considerados relevantes

#### (c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Empresa estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

## **14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação**

### **(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação**

#### **(c.1) Risco socioambiental--Continuação**

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Companhia baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo Auren é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

#### **(c.2) Risco em renováveis não-hídricas**

##### **Constrained-off de usinas eólicas**

O *constrained-off* é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do *constrained-off* eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do *constrained-off*.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

## **14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação**

### **(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação**

#### **(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação**

##### **Constrained-off de usinas eólicas--Continuação**

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por *constrained-off*.

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por *constrained-off* e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

## **14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS--Continuação**

**(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação**

**(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação**

### **Constrained-off de usinas eólicas--Continuação**

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por *constrained-off* para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.